

9.

Reunião ordinária pública

Data: 2020-08-03

Início: 14.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 17.05 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Catarina Isabel da Silva Ferreira
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador Luís Manuel Monteiro Ramos justificou a falta à reunião por motivos profissionais e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro. -----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet justificou a falta à reunião por motivos pessoais e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Catarina Isabel da Silva Ferreira. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

BALANCETE -----

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR: -----

- PARECERES -----

N.º 01 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – pareceres (4171/ENTE/DAJA/2017 - 3/INSTGT/DGT/2017) -----

- FASE DE CONCERTAÇÃO – PONDERAÇÃO DE PARECERES -----

N.º 02 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – parecer emitido pelo



9.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (72/PGEN/DGT/2019 - 3/INSTGT/DGT/2017) -----

N.º 03 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – parecer emitido pelo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (176/PGEN/DGT/2018 - 3/INSTGT/DGT/2017) -----

N.º 04 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – parecer emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente (75/PGEN/DGT/2019 - 3/INSTGT/DGT/2017) -----

PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL -----

N.º 05 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – PROPOSTA COMPLETA DE PLANO -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 06 – PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DE LOCATÁRIO E VENDA DA OPÇÃO DE COMPRA, TITULADA PELO MUNICÍPIO DE TOMAR NO CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA, CELEBRADO COM O BANCO BPI, S.A. SOCIEDADE ABERTA, PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS EM CHARNECA DO MAXIAL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E BESELGA (24/PGEN/DGT/2020)-----

PROPOSTA DO VICE-PRESIDENTE: -----

N.º 07 – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A TURISMO DE PORTUGAL, IP (3311/ENTE/DAJA/2020)-----

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

N.º 08 – PROIBIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO (16/PPRC/DAJA/2020 - 48/DIVER/DAAOA/2013)-----

GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----

N.º 09 – PROJETO DE EXECUÇÃO DE ADAPTAÇÃO DO PISO 0 DA CASA MANUEL GUIMARÃES A NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA (NAC2) (3034/ENTE/DAJA/2020 - 1/EDIPUB/EPH/2019) -----

N.º 10 – PROJETO DE EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR (2276/ENTE/DAJA/2020) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 11 –INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM MARMELAIS DE



Handwritten signature

BAIXO E MARMELAIS DE CIMA – Francisco dos Santos – Cabeça de Casal da Herança de (79/JUEL/DGT/2019 - 8/LOT/DGT/2018)-----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO - JGCS Investments, limitada e outros (62/PEDI/DGT/2020 - 6/LOT/DGT/2020)-----

N.º 13 – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DOS NÚCLEOS 3 E 6 DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS – recurso administrativo apresentado por Conzel – Construções do Zêzere, SA (134/JUEL/DGT/2020 - 41/LOT/DOGT/2013) -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 14 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (3116/ENTE/DAJA/2020 - 1/PROP/DTC/2018) -----

N.º 15 – DOAÇÃO DE PINTURAS DE HENRIQUE TAVARES AO MUNICÍPIO DE TOMAR (99/PGEN/DTC/2020) -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 16 – CONSTRANGIMENTOS DECORRENTES DO ENCERRAMENTO DOS CENTROS DE DIA DO CONCELHO DE TOMAR (3275/ENTE/DAJA/202- 1/DIVER/PR/2020)-----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência de público inscrito para atendimento, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovado o seguinte voto de pesar e proferidas as seguintes intervenções:-----

VOTO PESAR -----

A Câmara Municipal de Tomar, reunida no dia 3 de agosto de 2020, aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. D. Alda Faria, personalidade querida da comunidade tomarense pela sua entrega a esta e, muito em particular, pela sua ligação de décadas à Festa dos Tabuleiros, expressando condolências à família, em especial ao filho. -----

A Sra. Presidente começou por dar nota de que se assiste a um surto de Covid-19 nas seguintes empresas de Tomar: na Ribasabores, onde sessenta e cinco profissionais e quinze contactos foram testados positivos, dos quais quarenta por cento residem no concelho; estão a ser acompanhados pela Saúde Pública, pelas forças de segurança e pelos serviços municipais de ação social para algum apoio de que necessitem em matéria de entrega de alimentos e medicamentos, ou outras necessidades; dezassete dos trabalhadores infetados foram deslocados para a Base Naval do Alfeite por as respetivas habitações não reunirem condições



para que possam fazer um confinamento eficaz; na Valouro, testaram positivo seis trabalhadores e um contato e, amanhã, serão testados os restantes oitenta e quatro trabalhadores. Referiu ainda que foram testados positivos dois casos numa superfície comercial e um terceiro ainda aguarda o resultado. Informou que as situações têm sido acompanhadas pela Saúde Pública, pela Câmara Municipal e pelos serviços municipais de Proteção Civil, frisando que, como é fundamental, se verificou uma atuação rápida por parte das autoridades de saúde e rapidez na obtenção dos resultados dos testes (para evitar sobrecarga, os testes foram divididos pelo laboratório local certificado e pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo). Saliu que é importante que se mantenham serenos e assumam individualmente que a resolução desta situação, que se ignora quando irá terminar, compete a todos e a cada um; se cada um aplicar as regras de distanciamento social, de uso de máscara e de higienização das mãos, as coisas não terão o impacto que estão a ter noutros pontos do país. De seguida, deu conhecimento do início da operação de limpeza do rio Nabão, entre o Açude de Pedra e o açude junto às piscinas Vasco Jacob, devidamente autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente; esta limpeza competiria aos confinantes, mas, neste troço, ainda existem árvores caídas em consequência do tornado que assolou o concelho em dois mil e dez, as quais poderiam vir para a parte urbana, durante o inverno, se a limpeza não fosse feita pelo que, numa ação preventiva, assumiram os custos da intervenção. Deu nota de que também já há parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente para reabilitar a margem esquerda do rio Nabão, em frente ao Mercado Municipal, cujo projeto é do conhecimento do Executivo, com início previsto para setembro. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques informou que o multibanco instalado no Mercado Municipal começou a funcionar no dia vinte e nove de julho e é significativa a afluência ao equipamento. Deu nota de se ter iniciado a recolha de monos nas freguesias, estando concluída a área da União das Freguesias de Serra e junceira e em curso a Freguesia de São Pedro de Tomar. Evidenciou, mais uma vez, que a recolha de monos é um serviço assegurado pelo município, de forma gratuita, mediante contacto telefónico ou eletrónico. Referiu que continuam a ver resíduos verdes espalhados pela cidade, junto aos contentores, o que não se compreende tendo em conta que, na cidade, a recolha pode ser agendada por telefone, e que pode ser entregues diretamente na Quinta de Marmelais, de segunda a sexta-feira, entre as oito e as doze horas e trinta minutos. Sublinhou que é frequente ver uma quantidade enorme de cartão e papel espalhados pela cidade, nos sítios mais improváveis, outras vezes acumulado junto aos papelões, sem que haja necessidade disso porque a Resitejo tem um serviço gratuito



de recolha porta a porta, mediante inscrição, através de contato telefónico ou eletrónico. Por fim, deu conta de que continuam a lutar contra as ervas estando neste momento a decorrer ações de limpeza de caldeiras na zona da rua de Coimbra, a par da manutenção dos jardins na Várzea Pequena e no Mouchão, e da intervenção junto ao centro comunitário; ainda esta semana, irão intervir na zona verde envolvente à Igreja de Santa Maria dos Olivais.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, na área da educação, mesmo sem a situação sanitária que se vive, este seria um ano difícil face à necessidade de encetar procedimentos diferentes em relação a anos anteriores, por receberem novas competências a partir do dia um de setembro; recebem mais de sessenta trabalhadores das escolas secundárias e assumem a responsabilidade de dezenas de contratos que, até aqui, cabiam às direções dos dois agrupamentos. Deu nota de que, este ano, irão ter os dois agrupamentos de escolas a funcionar em calendário semestral e estão a preparar os transportes escolares e as refeições; no primeiro caso, há necessidade de promover uma série de alterações decorrentes da nova normalidade; no segundo caso, por via da pandemia, o Município tem assegurado a prestação de refeições aos alunos com escalão A, nalguns casos em parceria com as associações de pais ou com a Junta de Freguesia, o que vai continuar durante o mês de agosto, caso as famílias o desejem, se bem que com uma organização diferente nalgumas freguesias; numa a distribuição continua a operar-se porta a porta, noutras em regime de takeaway a partir das Juntas de Freguesia ou da escola. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que, perante a informação de que dispõem sobre os novos fundos europeus, se coloca a questão para onde vão e se irão, ou não, para quem tem mais peso político e mais dimensão; no atual quadro comunitário de apoio, Lisboa e Porto não tinham ou tinham um acesso muito reduzido aos fundos; este novo fundo vai permitir que Lisboa e Porto corrijam algumas situações e podem acabar por ser as regiões mais beneficiadas pelos subsídios decididos pelos líderes dos vinte sete estados membros, no último Conselho Europeu. Perguntou se não irá haver assimetria, com tudo para as grandes cidades e pouco para o litoral e para o interior, porque o mecanismo de recuperação e resiliência tem em vista financiar a fundo perdido as entidades que a ele podem aceder, e aquelas que o Governo definir no seu plano, permitindo atribuir este fundo às regiões mais ricas, com maior produto interno bruto per capita, coisa que o atual Quadro Comunitário de Apoio, e o futuro, não permite; esta é uma oportunidade única para as regiões de Lisboa e Porto, que, certamente, tudo vão fazer para captar muitos fundos. Sublinhou que Portugal tem que remeter a Bruxelas um plano nacional de recuperação e resiliência, explicando em que reformas e investimentos



concretos se vai aplicar o dinheiro; Bruxelas pede ousadia aos Estados membros, com projetos virados para o futuro, capazes de acelerar a transição ecológica e digital e de desbloquear, de uma vez para sempre, os entraves estruturais ao desenvolvimento dos países; há um recado muito forte: há dinheiro, mas tem que haver uma resposta do Estado Português em relação às necessidades e que os caminhos apontados sirvam de alavanca a Portugal, uma alavanca que tire ou diminua este impacto muito negativo; hoje, ainda não sabem o que irá acontecer, onde esta crise irá parar e que impactos ainda poderá ter, e, se há fundos aprovados pelos Estados membros, espera-se que Portugal responda à altura; neste sentido, pensa que, em Tomar, e nos concelhos que constituem a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, é de refletir em conjunto sobre o que é estruturante para esta região, sobre o que é necessário para alavancar e para minimizar os efeitos da pandemia; o desafio que deixa é que, rapidamente, se trabalhe com eficácia para que os fundos cheguem à nossa região e, em especial, ao nosso concelho; para tal, é preciso conhecer, fazer um levantamento do estado das empresas, do desemprego, do emprego precário, do emprego que, mais tarde, vai deixar de existir; é preciso atuar com rapidez e com eficácia no sentido de captar fundos para a região, para alavancar o desenvolvimento e o mundo empresarial local que, como todos sabem, está com grandes problemas. Perguntou o que está a ser feito e o que está pensado fazer neste contexto, uma vez que está tudo a ser planeado e é o momento para mostrarem aquilo de que necessitam, para que os fundos cheguem e Tomar não seja um concelho adiado. Referiu que o programa +COESO, lançado a quinze de julho, tem noventa milhões de euros disponíveis para apoio às empresas na criação de emprego prevendo, numa primeira fase, mil e seiscentos postos de trabalho para todo o país; comparticipa a fundo perdido cem por cento dos custos diretos com postos de trabalho criados (salários e contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador), um adicional de quarenta por cento sobre estes custos ao longo de trinta e seis meses e, ao fim de três anos, poderá haver um reforço de oitenta e dois mil euros por cada trabalhador; vai terminar em novembro e as empresas não estão a reagir, umas por desconhecimento, outras por falta de conhecimentos para fazer as candidaturas; segundo os dados que conseguiu recolher, houve duas candidaturas no Vale do Tejo e acha que devia ser criada uma estrutura no município para apoiar e informar as empresas destas novas oportunidades para que as empresas tomarenses possam acompanhar estes fundos e, acima de tudo, possam alavancar a economia local e conseguir sobreviver neste impasse com que se deparam; ninguém sabe o que vai acontecer daqui a três ou quatro meses e era



e:
[Handwritten signature]
26

importante fazer chegar esta informação, de forma clara e eficaz, às empresas, para que consigam concorrer, obter os fundos e criar novas oportunidades.-----

A Sra. Presidente referiu que não acredita que Portugal tenha capacidade para gastar a totalidade dos fundos que negociou em Bruxelas; estão quase no final de um quadro comunitário de apoio e as taxas de execução são baixas, sendo a taxa de execução dos privados superior à taxa de execução do setor público (autarquias, comunidades intermunicipais e Administração Central do Estado). Disse que muitas das necessidades de investimento para atração de pessoas e de empresas se prendem com investimentos da competência da Administração Central do Estado, destacando a questão de Tancos, em parceria ou não com privados, que não pode ser descurada, assim como a construção de uma nova travessia no Tejo e o término da A13; são investimentos importantes e é importante que a Administração Central do Estado entenda a dimensão dos mesmos e a sua relevância para uma região que abrange as Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo, da Lezíria e do Oeste. Referiu que as negociações começaram há meses, quando ainda só se falava num pacote de Bruxelas, sem haver nada de concreto, e que estão a tentar que as referidas comunidades intermunicipais apresentem projetos estruturantes em três níveis de atuação: administração central, intercomunitários e projetos locais complementares; já se realizaram diversas reuniões entre as comunidades intermunicipais em conjunto com a Sra. Ministra da Coesão, com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais e com o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional; há disponibilidade para trabalhar em projetos, mas pretendem que haja abertura por parte da Administração Central para uma reforma administrativa do território; não se importam de construir projetos intercomunitários através de uma intervenção territorial integrada, mas mais robusta do que a atual. Deu nota de que se aguarda o reagendamento de uma reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a questão de Tancos e que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, estão definidas as grandes áreas estratégicas: assumem-se como plataforma logística, sobretudo para apanhar os concelhos junto à saída de Torres Novas (Alcanena e Torres Novas), ligando à ferrovia (Entroncamento) e também à área de localização empresarial da Sabacheira, prevista no Plano Diretor Municipal de Tomar; assumem-se como destino e plataforma de turismo religioso, patrimonial e de natureza; existindo no território uma instituição de ensino superior e tendo ficado demonstrado durante a pandemia que muitas profissões podem ser desenvolvidas em regime de teletrabalho, querem albergar empresas que utilizem as novas tecnologias para produzir os seus produtos, e precisam de



e.
[Handwritten signature]
27

infraestruturas tecnológicas em todo o território; não podem estar a atrair alguém que reside em Lisboa, ou num grande centro, para viver no concelho de Tomar, onde têm muito mais qualidade de vida, mas não há cobertura tecnológica que permita que desenvolvam o seu trabalho. Deu nota de que já foi entregue na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a revisitação da estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Referiu que o programa Mais Coeso vem substituir o SIZÉ, programa que teve três fases de candidatura, ao qual muitas das empresas locais concorreram e muitas estiveram cerca de dois anos à espera da análise das candidaturas, situação que foi reportada superiormente pois quando dizem que não há taxa de execução é preciso que percebam porquê; o novo programa vai ajudar à manutenção dos postos de trabalho, que é importante nesta fase, mas não se pode pedir para retirar dinheiro dos projetos de base municipal para alocar ao Mais Coeso porque, na prática, não se está a colocar mais dinheiro no território; contestaram essa medida junto da Comissão de Coordenação porque não faz sentido estarem a tirar dinheiro às Câmaras para financiar este programa quando, ainda por cima, vêm verbas da Comunidade Europeia para ajudar as empresas. Destacou que, por vezes, em Portugal, se utiliza muito a expressão "aqueles lá em Bruxelas complicam", mas, às vezes, ainda se complica mais quando as diretivas são transpostas para o ordenamento jurídico nacional e se criam os regulamentos dos apoios financeiros; por vezes, é mais fácil candidatar um projeto diretamente à Comunidade Europeia do que aos programas nacionais. Saliu que, nas Comunidades Intermunicipais, são unânimes na necessidade de não complicar porque quanto mais simples são os procedimentos maior é a transparência; não é pelo facto de os procedimentos serem mais simples que não há transparência e não é possível fiscalizar, e não podem pedir às autarquias locais que reabilitem e desenvolvam quando estão sujeitas ao Código dos Contratos Públicos; houve agora um alívio em relação ao visto do Tribunal de Contas em contratos até setecentos e cinquenta mil euros, mas, se querem que os fundos cheguem ao território sejam aplicados naquilo que devem ser aplicados, os procedimentos têm que ser muito mais facilitados. Referiu que, em linha com o que tem sido observado em sucessivos quadros comunitários de apoio, teme que as assimetrias regionais se possam agravar ainda mais; se assim não fosse, a Comunidade Europeia não teria feito o aviso que fez e todos os territórios teriam cem por cento de cobertura de saneamento, de infraestruturas tecnológicas, de iluminação pública e de abastecimento de água, a par de redes viárias e de mobilidade; o facto de as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto poderem aceder aos fundos poderá não agravar,



mas também não irá minorar as assimetrias regionais e, concomitantemente, as assimetrias sociais entre a população nacional. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira referiu que, apesar do que vai ser discutido no âmbito do ponto dezasseis, foram tornadas públicas dificuldades no Centro de Dia de Venda Nova, e gostaria de colocar algumas questões sobre a situação das IPSS. Perguntou qual é a situação das instituições particulares de solidariedade social perante a nova realidade criada com a pandemia, quais os apoios extraordinários dados, nesse período, às instituições da área social (centros de dia, apoio domiciliário, lar, apoio alimentar, entre outras), quais os apoios dados pela Câmara em equipamentos de segurança para trabalhadores e utentes das instituições, se existe algum levantamento das necessidades das instituições para a melhoria ou adequação e modernização das instalações para que se dotem das condições necessárias para fazer face à nova realidade do Covid-19, e, se não foi feito, qual a razão de ainda não se ter realizado uma reunião com todas as direções das várias instituições para avaliar a atual situação e fazer uma avaliação conjunta das necessidades para dar uma resposta adequada para os próximos meses, nomeadamente prevenindo possível agravamento da situação no inverno. Referiu que o PSD, da forma construtiva como tem procurado estar na Câmara Municipal, propõe que, tendo em conta as necessidades e demais fragilidades sentidas em todo o concelho, sejam contactadas as várias entidades que trabalham para o bem-estar dos idosos e lhes seja solicitada informação sobre os seus projetos e/ou dificuldades, a curto e médio prazo; propõem ainda que seja realizada uma análise às atuais e futuras necessidades no espaço territorial do concelho tendo em vista uma melhor cobertura dos serviços de centro de dia, apoio domiciliário e lar, e de capacidade das atuais instalações para as entidades poderem contribuir para essas necessidades, que devem ser avaliadas conjuntamente pela Câmara Municipal e pela Segurança Social de Santarém; propõem igualmente que esse trabalho seja rapidamente realizado e que dele possam resultar candidaturas a fundos comunitários que possam vir a ser disponibilizados nos próximos meses, que devem ter igualmente o apoio e ajuda do município, procurando assim contribuir para uma melhor rede concelhia de serviços de apoio aos idosos e para o fortalecimento das atuais instituições que, de uma forma constante e voluntariosa, têm realizado um trabalho meritório de que todos se devem orgulhar, e que importa estimular e ajudar. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que a proposta vem um bocadinho tarde porque tudo aquilo que é proposto tem sido e está a ser feito; são sempre estreitas as ligações com as instituições particulares de solidariedade social do concelho, mais ainda no contexto da



pandemia, em que esse contato tem sido premente, nomeadamente com as técnicas de lar e de centro de dia, que são quem está na primeira linha e quem coordena as equipas destas respostas. Disse que as reuniões do Conselho Local de Ação Social existem para que todos os parceiros da Rede Social possam manifestar as suas dificuldades e para que possam ser debatidos os assuntos sociais do concelho, a última das quais se realizou há cerca de quinze dias, por videoconferência; em conjunto com os serviços sociais municipais, tem acompanhado continuamente esses assuntos e daí, hoje, constar do ponto dezasseis, uma proposta de apoio aos centros de dia, que resulta da concertação social que é feita com a Rede Social de Tomar. Deu nota de que os serviços sociais estão a proceder à atualização de um levantamento de todas as leis, decretos-lei, portarias e despachos de medidas no âmbito do Covid-19, assim como dos avisos de candidatura disponíveis para a área social, que será enviado para toda a Rede Social. Destacou a Portaria setenta e oito barra dois mil e vinte, de vinte e oito de julho, que estabelece um sistema de incentivo à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença Covid-19 (programa Adaptar Social Mais), com o intuito de as entidades poderem apresentar um projeto para compensar as despesas em resultado da pandemia, no montante de dez mil euros. Frisou que estão cientes das dificuldades que todos atravessam, também ao nível do comércio local, do associativismo e da indústria; é um momento difícil em que todos estão a reaprender a viver e o município tem estado na linha da frente a ajudar aqueles que mais necessitam; o setor da cultura, por exemplo, viu-se totalmente parado e sem resposta imediata, e o município foi pioneiro no apoio a este setor; agora, cientes de que os centros de dia são a reposta social mais fragilizada e mais vulnerável no território concelhio, e das dificuldades que atravessam, por terem visto a sua atividade parada, o município vai atuar. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira referiu que o apoio da Câmara vem tarde porque, se tivesse sido prestado a tempo não se teria visto, como se viu, algumas instituições particulares de solidariedade social a queixarem-se, nomeadamente na imprensa; foi isso que os alertou para os apoios de que precisavam e que motivou o alerta que fez; quando se traz um assunto destes para a imprensa, como fez a Venda Nova, é porque algo não aconteceu a tempo e horas; por outro lado, de acordo com a informação de que dispõem, há associações que não se sentem acompanhadas, o que é um pouco diferente da informação que acaba de ser transmitida. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes realçou que não compete à Câmara apoiar financeiramente estas associações, mas apresentam uma proposta de apoio às instituições que

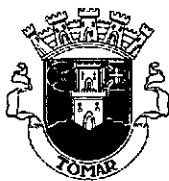


9.

30

apenas têm a resposta de centro de dia e de serviço de apoio domiciliário, e não é uma ação isolada; no mês passado, fizeram chegar a todas as instituições particulares de solidariedade social algum apoio em termos de equipamento de proteção individual e têm estado na linha da frente desde o início da pandemia, procurando desde logo conhecer eventuais necessidades na construção dos planos de contingência. Referiu que se admira que essa manifestação de falta de acompanhamento e de apoio tenha chegado porque tem havido um contato estreito e permanente e, desde a primeira hora, têm respondido favoravelmente aos pedidos de apoio; ainda a semana passada, fizeram chegar a todas as juntas de freguesia e Cáritas do concelho máscaras de proteção para que pudessem agir em segurança junto da população mais vulnerável, apesar de não ter sido solicitado; a Cáritas de Tomar, por exemplo, manifestou falta de bens alimentares e não demoraram uma semana a dar resposta a essa solicitação e, por uma questão de equidade e de igualdade de oportunidades, acabaram por dar também uma verba às outras Cáritas para que também elas pudessem adquirir bens alimentares. Referiu que, apesar do muito espanto perante a exposição do Sr. Vereador, aceita todas as opiniões e vai procurar ver o que é que poderão melhorar. -----

A Sra. Presidente referiu que o copo está sempre meio cheio ou meio vazio porque quem pede acha sempre que não recebe tudo o que pede e quem dá, dá sempre menos do que aquilo que é pedido, mas há factos que convém não esquecer; a exemplo do resto do país, Tomar confinou em março e, na primeira semana de confinamento, houve um levantamento das necessidades de equipamentos de proteção individual para três meses junto de todas as IPSS do concelho (com valência de centro de dia, de lar e centro de dia, de cuidados continuados e centro de dia e o Centro de Acolhimento Temporário de Crianças; não estava ainda definido quem é que iria dar apoio a esse nível e a Câmara promoveu desde logo esse levantamento; logo que saiu uma norma a dizer que esse fornecimento era assegurado pela Segurança Social, a Câmara disponibilizou-se para transportar esses equipamentos e, perante a demora da Segurança Social em fazer chegar os equipamentos ao território, apesar das dificuldades que todos sentiram (nos primeiros dias, os preços dispararam brutalmente e as encomendas não eram entregues na totalidade), a Câmara esteve a fornecer o material de acordo com a capacidade do stock que tinha adquirido (na altura, alguém do PSD foi comentar nas redes sociais o que tinha sido dado às IPSS da sua freguesia, mas cada um dá o que tem); no final de março, estavam a testar tudo o que era idosos utentes das IPSS; ao longo deste tempo, as IPSS foram objeto de acompanhamento, mais junto das direções técnicas (cada um terá o seu método de trabalho, mas, nesta situação, não viram necessidade de perder tempo a



e.

fazer uma reunião e atuaram logo). Sublinhou que não compete à Câmara financiar a cem por cento, e sim ajudar, complementar, pelo que, havendo um conjunto de instituições que mereciam outro tipo de atuação por parte da Administração Central, porque estão a prestar um serviço sem receita, e tendo em atenção que, em reunião de Conselho Local de Ação Social, foi manifestada a situação difícil que algumas estão a viver, e que é transversal a todas as IPSS do país, entenderam apresentar a proposta que hoje será apreciada e discutida. Deu conhecimento que, entretanto, em articulação com a Segurança Social e com a Saúde Pública, vai ser iniciada uma segunda vaga de testes nas IPSS, por amostragem, a decorrer até outubro. Salientou que a Câmara Municipal também está sem receitas e com custos acrescidos, continuando a testar grande parte dos seus trabalhadores, nomeadamente os que estão mais na linha da frente, como deve ser obrigação de qualquer entidade patronal; a Câmara não pode substituir o Estado porque também ninguém a vai substituir no cumprimento das suas obrigações e tem que haver equilíbrio nas ações. -----

A Sra. Vereadora Catarina Ferreira começou por referir que se encontra aqui em substituição da Sra. Vereadora Célia Bonet e que não podia estar mais honrada por esta oportunidade. A título de apresentação, informou que nasceu e foi criada em Tomar de onde ficou afastada durante cinco anos, enquanto terminou a sua formação superior em arquitetura paisagista, no Porto; foi ali que teve oportunidade de participar no associativismo académico, principalmente no departamento de política educativa, ação social e formação; com o tempo, percebeu que a política é incontornável; são um coletivo heterogéneo nos seus princípios políticos, mas que só funciona com uma democracia de qualidade com altos padrões de transparência e competência; daí, não poder deixar de aproveitar esta oportunidade para trazer aqui algumas preocupações de uma geração jovem adulta, que reside e trabalha em Tomar. Frisou que, neste contexto da crise pandémica, ficou mais do que evidente a valorização do espaço exterior; as pessoas sentem falta de estar na rua e, nesta fase de desconfinamento, procuram os espaços públicos; também ficou visível que, em Tomar, aos fins-de-semana, e à noite, as pessoas acabam por procurar os mesmos sítios e as distâncias sociais são difíceis de cumprir; por isso, é cada vez mais urgente a criação de espaços verdes públicos, de espaços públicos, de média e grande escala porque, não contando com a Mata dos Sete Montes, as famílias tomarenses ficam limitadas às sombras frescas e às clareiras relvadas do Mouchão e ao espaço amplo da praça da República e não têm outra alternativa que não seja procurar fora do concelho, seja no parque ribeirinho de Vila Nova da Barquinha ou no parque do Bonito, no Entroncamento, entre outros; é mais do que evidente que o município de



e.


Tomar precisa urgentemente de capitalizar os seus recursos naturais, porque tem tudo. Referiu que, se Tomar tem tudo, importa questionar porque é que veem tantos tomarenses ir habitar fora do concelho de Tomar, questão que se prende com a próxima preocupação que apresenta e que se prende com a habitação; a geração jovem adulta que começa a trabalhar procura a primeira habitação e quem já tentou arrendar casa em Tomar, quem tem uma vida a começar e quer dar os primeiros passos na sua emancipação, sabe que esta é uma batalha em que, sucessivamente, perdem a vontade de lutar; os concelhos vizinhos têm um mercado que facilita e promove a instalação destas novas famílias, que, invariavelmente, escolhem a proximidade do trabalho-casa à medida que a sua família cresce; em Tomar, têm espaço, têm procura e têm tudo, têm capacidade e potencial na indústria, na transformação, no comércio, no turismo e até na tecnologia, pelo que se pergunta porque não têm um mercado imobiliário capaz de dar uma resposta adequada, e porque é que não têm oportunidades para fixar em Tomar as primeiras ideias de negócio e de fazer crescer empresas que gerem emprego e dinamizem o concelho. Referindo-se à organização das obras públicas que estão a decorrer em Tomar, disse que era sua intenção deixar aqui uma palavra de solidariedade às pessoas que vivem e trabalham na avenida Nuno Álvares Pereira; entretanto, com as informações que teve que estudar para se preparar para a reunião, concluiu que não é suficiente uma palavra de solidariedade e que há necessidade de aqui arranjar um compromisso para que a situação, que está a penalizar profundamente quem ali vive e trabalha, não se volte a repetir no concelho, para que possam minimizar tais efeitos em próximas obras públicas. Sublinhou que Tomar tem tudo para ser uma referência no centro do país, tudo para qualquer pessoa queira ter Tomar na sua morada, no seu cartão de visita ou até no seu plano de férias, mas é necessário que se aja aqui em conformidade, que sejam aqui a melhor versão de agentes políticos para agir neste futuro brilhante que querem deixar às novas gerações, tal como lhes deixaram.-----

A Sra. Presidente disse que não vai responder porque é um statement político da Sra. Vereadora, a quem deu as boas vindas.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia trinta e um de julho de dois mil e vinte, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, setecentos e seis mil, cento e quarenta euros, noventa centimos (4.706.140,90€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e cinco mil,



e
[Signature]

seiscentos e setenta e três euros, setenta e três cêntimos (195.673,73€) em Operações Não Orçamentais.-----

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR:-----

PARECERES-----

N.º 01 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – pareceres-----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 1608/2018 e 3753/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a ata da terceira reunião da comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal, realizada a 19 de maio de 2017, e os pareceres emitidos pelas entidades presentes.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

FASE DE CONCERTAÇÃO – PONDERAÇÃO DE PARECERES-----

N.º 02 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 3890/2020 e 8262/2020 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a ata da oitava reunião de concertação, realizada a 21 de fevereiro de 2018, relativa ao referido parecer, nos termos e com os fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou:-----

1- Aceitar o conteúdo do parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a coberto do s/ ofício n.º 22369/2017/DCNF-LVT/DPAP, de 24 de maio de 2017, com as condições e conclusões exaradas na ata da oitava reunião de concertação, para efeitos de integração na proposta de Plano Diretor Municipal.-----

2-Notificar da deliberação o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a FUNDEC.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – parecer emitido pelo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 3931/2020 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a ata da décima segunda reunião de concertação, realizada a 23 de julho de 2018, relativa ao parecer



e.

da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos e com os fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1- Aceitar o conteúdo das conclusões da referida ata para efeitos de integração na proposta de Plano Diretor Municipal; -----

2- Notificar da deliberação a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a FUNDEC.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – parecer emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 8272/2020 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a ata da décima sexta reunião de concertação, realizada a 12 de fevereiro de 2019, relativa ao parecer emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Tejo no que respeita às Zonas Ameaçadas por Cheias – delimitação da Reserva Ecológica Nacional, nos termos e com os fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1- Aceitar o conteúdo das conclusões da referida ata para efeitos de integração na proposta de Plano Diretor Municipal e delimitação da Reserva Ecológica Nacional; -----

2- Notificar da deliberação a Agência Portuguesa do Ambiente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a FUNDEC.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

- PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL -----

N.º 05 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR – PROPOSTA COMPLETA DE PLANO-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 8453/2020 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, completamente instruída nos termos do artigo 97.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e elaborada de acordo com os



e.

pareceres emitidos pelas entidades e resultados da respetiva concertação, nos termos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 76.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial deliberou:-----

- 1- Homologar a informação n.º 8453/2020, de 28 de julho, da Divisão de Gestão do Território;-----
- 2- Aceitar o conteúdo dos pareceres emitidos pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional e as conclusões das reuniões de concertação realizadas, os quais se encontram alojados em \\storage\gestaodeprocessos\216212\Pareceres da Comissão Consultiva;-----
- 3- Aceitar o conteúdo do parecer emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, quanto à delimitação da Zona Ameaçada por Cheias no concelho e cidade de Tomar, comunicado a coberto do s/ ofício ref.ª S015206-2020-03-ARHTO.DPI, de 6 de março;-----
- 4- Aceitar e aprovar a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal alojada em \\storage\gestaodeprocessos\216212;-----
- 5- Aceitar e aprovar a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o Município de Tomar, alojada em \\storage\gestaodeprocessos\216212, nos termos e para efeitos de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tomar, tal como é indicado no ponto 7 da informação técnica; --
- 6- Mandar iniciar, no decorrer do mês de setembro, a discussão pública da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tomar, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 89.º do referido regime jurídico, pelo prazo de trinta dias úteis;-----
 - 6.1- Os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões por correio tradicional, por correio eletrónico ou presencialmente;-----
 - 6.2- Serão realizadas pelo menos duas sessões públicas, uma das quais deverá ocorrer ao fim-de-semana;-----
 - 6.3- A proposta de plano, o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os pareceres emitidos e os resultados da concertação serão disponibilizados na Casa Vieira Guimarães e no site municipal.-----
- 7- Notificar da deliberação a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Agência Portuguesa do Ambiente e a FUNDEC.-----



e.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 06 – PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DE LOCATÁRIO E VENDA DA OPÇÃO DE COMPRA, TITULADA PELO MUNICÍPIO DE TOMAR NO CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA, CELEBRADO COM O BANCO BPI, S.A. SOCIEDADE ABERTA, PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS EM CHARNECA DO MAXIAL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E BESELGA-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1162/2020 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de hasta pública para cessão da posição contratual de locatário e venda da opção de compra, titulada pelo Município de Tomar, no contrato de locação financeira imobiliária, celebrado com o Banco BPI, S.A. Sociedade Aberta, para aquisição de três prédios rústicos sítos em Charneca do Maxial, União de Freguesias de Madalena e Beselga, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 3482/19880706, 00974/041290 e 00973/041290, contíguos ao Parque Empresarial de Tomar, nos termos do programa apresentado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o início do procedimento, nos termos e condições do programa apresentado. -----

Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e um voto contra da Sra. Vereadora Catarina Isabel da Silva Ferreira, com a seguinte declaração de voto: "Verifica-se, com alguma estranheza, que na proposta de deliberação apresentada pela Sr.ª Presidente e nos documentos anexos para suporte à decisão, não consta qualquer parecer jurídico que sustente a Informação da Divisão Financeira.-----

Por desconhecer o devido enquadramento legal da proposta de Hasta Pública para Cessão da posição contratual e venda da opção de compra, titulada pelo Município de Tomar no contrato de locação financeira imobiliária, celebrado com o banco BPI, S.A. Sociedade Aberta, para aquisição de três Prédios Rústicos sítos em Charneca do Maxial, União de Freguesias de Madalena e Beselga, o meu voto é contra." -----

PROPOSTA DO VICE-PRESIDENTE: -----

N.º 07 – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A TURISMO DE PORTUGAL, IP-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do acordo de colaboração a celebrar com a Turismo de Portugal, IP, que tem como



J.
[Signature]

objeto a concessão de apoio financeiro, ao abrigo da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, para execução do projeto designado "Conceção de um Parque de Autocaravanismo". -

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do acordo nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Catarina Ferreira solicitou consulta do projeto de conceção de um parque de autocaravanismo no Agroal.-----

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

N.º 08 – PROIBIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO -

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata: -----

"Nos últimos meses vivemos uma situação completamente singular de epidemia no mundo inteiro.-----

As profundas consequências económicas e sociais no futuro, são ainda desconhecidas, mas começam já a fazer-se sentir e, a ter um enorme impacto nos diferentes países.-----

Infelizmente Portugal não é exceção e preparamo-nos para enfrentar a maior crise desde que há memória. -----

Tomar, muito dependente do Turismo sofrerá um grande impacto a nível de desemprego, de encerramento de algum comércio e consequentemente de abrandamento de toda a atividade económica.-----

Os vereadores do PSD entendem que o município deverá analisar todas as possibilidades de apoiar o comércio local, verificando caso a caso em que pode contribuir para ajudar a minimizar estes problemas. -----

Propomos a proibição de circulação de veículos na Rua Dr. Joaquim Jacinto desde as 6^{as} feiras às 19h até 2^{as} feira às 8h. Assim, os diversos comerciantes poderão usufruir da rua para a colocação de esplanadas e assim aumentar a oferta de espaço aos clientes permitindo melhorar um pouco as suas vendas. -----

O último troço desta rua já está encerrado ao trânsito e foi feito com o intuito de ajudar um dos comerciantes dessa rua e, portanto, pensamos que deverá ser dado mesmo tratamento a todos os outros.-----

Analisando os inconvenientes causados a alguns moradores que pretendem circular nessa rua, entendemos ser razoável permitir que o façam durante toda a semana e deixar que ao fim de semana os comerciantes possam alavancar um pouco o seu negócio." -----



e.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria de quatro votos contra da Sra. Presidente, da Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes e dos Srs. Vereadores Hugo Renato Ferreira Cristóvão e Hélder Duarte Henriques, não aprovar a proposta.-----

GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----

N.º 09 – PROJETO DE EXECUÇÃO DE ADAPTAÇÃO DO PISO 0 DA CASA MANUEL GUIMARÃES A NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA (NAC2)-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução de adaptação do piso 0 da Casa Manuel Guimarães a núcleo de arte contemporânea (NAC2), elaborado pela equipa projetista Integral AEC, limitada, nos termos e fundamentos da informação n.º 98/EPTH/2020.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o projeto de execução, com o valor estimado de 72.947,32€ (setenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do IVA, para execução no prazo de 3 meses (12 semanas), conforme calendarização apresentada. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – PROJETO DE EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução para construção do Centro de Conhecimento e Valorização no Instituto Politécnico de Tomar, elaborado pela equipa projetista Modo associados, limitada, enquadrado em protocolo celebrado entre o Município de Tomar e o referido Instituto, nos termos e fundamentos da informação n.º 99/EPTH/2020.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

- 1- Aprovar o projeto de execução, cujo orçamento para execução da obra se encontra estimado em 1.761.953,66€ (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e três euros, sessenta e seis cêntimos), acrescido do IVA, com prazo de execução de 12 meses, com vista à submissão de Candidatura ao abrigo do Aviso n.º CENTRO-53-2020-08 Apoio à Localização de Empresas; -----
- 2- Submeter à consideração do Instituto Politécnico de Tomar a possibilidade de complementar o projeto com instalação de painéis fotovoltaicos. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

O Sr. Vereador Francisco Lopes Madureira Salgueiro não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 11 –INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM MARMELAIS DE BAIXO E MARMELAIS DE CIMA – Francisco dos Santos – Cabeça de Casal da Herança de -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo 8/LOT/DGT/2018, relativo a pedido de informação prévia de operação de loteamento em Marmelais de Baixo e Marmelais de Cima, União das Freguesias de Tomar (S. João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que é requerente Francisco dos Santos - Cabeça de Casal da Herança de, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta de cedência de terreno formulada, nos termos do n.º 4 da informação n.º 8103/2020 da Divisão de Gestão do Território, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar nos termos do ponto 4 da informação técnica, com as devidas salvaguardas técnicas, a cedência de terreno ora proposta com vista à salvaguarda da possível expansão do cemitério de Marmelais. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO - JGCS Investments, limitada e outros -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 5431/2020 da Divisão de Gestão do Território e 3951/2020 do Departamento de Obras Municipais, prestadas no âmbito do processo de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização na avenida Dr. Aurélio Ribeiro, União das Freguesias de Tomar (S. João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que são requerentes JGCS Investments, limitada e outros: -----

“À reunião de câmara para apreciação, considerando que nos termos do nº 1 do artigo 67.º do RMUE, quando não se justifica a cedência para domínio público de área destinada a equipamento ou espaço verde, há lugar a pagamento de taxa de compensação em numerário ou em espécie, no caso presente de valor próximo dos 37899,09€-----

Acontece que, por forma a viabilizar este investimento, foi por nós exigida a construção da



e.

parcela de rua que estará contígua ao mesmo e cujo valor, como referido na informação do diretor do DOM é muito superior.-----

Proponho assim que a câmara isente a referida taxa.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Francisco Lopes Madureira Salgueiro e da Sra. Vereadora Catarina Isabel da Silva Ferreira, com a seguinte declaração de voto: -----

“Ponto n.º 12 - Licenciamento de Operação de Loteamento com Obras de Urbanização na Avenida Dr. Aurélio Ribeiro - JGCS Investments, Limitada, e outros (62/PEDI/DGT/2020 - 6/LOT/DGT/2020) -----

Proposta de Deliberação do Vereador Hugo Cristóvão referente às informações nºs 5431/2020 da Divisão de Gestão do Território e 3951/2020 do Departamento de Obras Municipais, prestadas no âmbito do processo de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização na avenida Dr. Aurélio Ribeiro, União das Freguesias de Tomar (S. João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que são requerentes JGCS Investments, limitada, e outros, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de isenção de pagamento das taxas devidas pela não cedência das áreas destinadas a zonas verdes e equipamentos de utilização coletiva, pelos fundamentos apresentados.”-----

Os vereadores do PSD, sempre estiveram na primeira linha de defesa do desenvolvimento de Tomar e em especial, na captação de novos investidores, de novas empresas, que criem mais riqueza e mais emprego, emprego qualificado no concelho de Tomar.-----

Os vereadores do PSD de forma a permitir mais investimentos em Tomar, apoiaram a suspensão do Plano de Pormenor das Avesadas e em simultâneo, a abertura de um novo procedimento tendo em vista a aprovação de um novo plano de pormenor, que seja actual, eficaz e que responda às necessidades de afirmação, de desenvolvimento e sustentação do concelho de Tomar.-----

Assim:-----

Considerando a informação interna n.º 5431/DGT/2020, que diz o seguinte: -----

“1-Através do presente requerimento é solicitado que o valor das obras de urbanização inerentes à operação urbanística a que o presente processo se refere, seja contabilizado como contrapartida para a isenção de pagamento de taxas (compensação) pela não cedência das áreas destinadas a zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva; -----



e.
[Signature]

2-Pela leitura dos artigos 66º e seguintes do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em vigor (RMUE), julga-se que não haverá enquadramento legal que dê suporte ao solicitado, cabendo aqui salientar que as deduções às compensações devidas, atentos às obras de infraestruturas a executar, já se encontram avaliadas, pela não aplicação da parcela identificada como C2 na formula de cálculo a que se refere o artigo 68º do articulado regulamentar atrás referido; -----

3-Em conclusão, e no seguimento do referido nos pontos anteriores, resultará a pretensão prejudicada, pelo que se julga de transmitir pronuncia desfavorável aos interessados, com audição prévia aos mesmos, pelo prazo que nos é dado propor de 15 dias, nos termos a que se referem os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo na sua actual redacção (CPA);" -----

Considerando o despacho interno, que diz o seguinte: -----

"À reunião de câmara para apreciação, considerando que nos termos do no 1 do artigo 67.º do RMUE, quando não se justifica a cedência para domínio público de área destinada a equipamento ou espaço verde, há lugar a pagamento de taxa de compensação em numerário ou em espécie, no caso presente de valor próximo dos 37899,09€." -----

Acontece que, por forma a viabilizar este investimento, foi por nós exigida a construção da parcela de rua que estará contígua ao mesmo e cujo valor, como referido na informação do diretor do DOM é muito superior. Proponho assim que a câmara isente a referida taxa. (Vice-presidente Hugo Cristóvão)." -----

Tendo em atenção o exposto e apesar de se considerar a importância deste investimento para Tomar, julga-se que os pressupostos apresentados, não reúnem as condições necessárias para um voto favorável, dado a informação interna sugerir para a não legalidade da isenção de 37899,09€ e apesar desta informação de não cumprimento do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em vigor (RMUE), não foi apresentado pela câmara, qualquer parecer jurídico ou esclarecimento, que suporte a legalidade da isenção." -----

A proposta apresentada e aprovada pelo partido socialista, irá abrir um novo precedente de isenções para o concelho de Tomar, não previsto no regulamento. Como será a abordagem para os novos investidores, onde o processo de licenciamento seja similar. -----

Desta forma os vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada de isenção do valor de 37899,09€." -----

N.º 13 – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DOS NÚCLEOS 3 E 6 DO PLANO DE PORMENOR



DAS AVESSADAS – recurso administrativo apresentado por Conzel – Construções do Zêzere, SA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo de loteamento n.º 391/2006, relativo aos núcleos 3 e 6 do Plano de Pormenor das Avesadas, submetendo a homologação do Executivo Municipal o parecer jurídico n.º 48/2020 da Divisão de Gestão do Território, prestado no seguimento do recurso administrativo da deliberação tomada a 8 de junho, apresentado pela Conzel – Construções do Zêzere, SA. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou negar provimento ao recurso administrativo em conformidade com o parecer jurídico n.º 48/2020 da Divisão de Gestão do Território, que homologa. -----

Mais deliberou notificar o recorrente, nos termos do artigo 195.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sem concessão de qualquer prazo para se pronunciar, dado que se trata de decisão definitiva em sede administrativa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 14 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 530/2020 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Rui Jorge Pinheiro Soares Santos pretende doar ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – DOAÇÃO DE PINTURAS DE HENRIQUE TAVARES AO MUNICÍPIO DE TOMAR --

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 531/2020 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de 7 pinturas de Henrique Tavares que Armando Carvalho Pessoa, na qualidade de familiar e testamentário de João Pedro Figueiredo da Mota Lima e Octávia das Dores Pessoa Aquiles da Mota Lima, pretende doar ao Município de Tomar, cujo valor se desconhece. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º



[Handwritten signature]
43

75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação das seguintes pinturas do autor Henrique Tavares:-----

Janelas de Tomar 1, óleo s/tela; -----

Claustro da Michá, óleo s/tela; -----

Charola de Tomar, óleo s/tela; -----

Inverno, óleo s/tela; -----

Montes, óleo s/tela; -----

Porta Vermelha, óleo s/tela; -----

Retrato de Dona Gertrudes Monteiro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 16 – CONSTRANGIMENTOS DECORRENTES DO ENCERRAMENTO DOS CENTROS DE DIA DO CONCELHO DE TOMAR-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à exposição das Diretoras Técnicas dos Centros de Dia do concelho de Tomar relativa aos constrangimentos decorrentes do encerramento dos referidos equipamentos sociais:-----

“Relativamente à carta recebida nestes serviços, redigida pelos cinco equipamentos de apoio a idosos, existentes no nosso concelho, que prestam a resposta de centro de dia, tenho a informar o seguinte:-----

- Em março de 2020 e com o início da pandemia, tínhamos 184 idosos, distribuídos pelos cinco equipamentos, a beneficiar desta resposta social. A média de idades rondava os 86 anos de idade;-----

- Estas cinco IPSS são as únicas do concelho que têm apenas a resposta de Centro de Dia e SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), o que nos indica uma maior dificuldade económica, considerando as mensalidades baixas, o valor reduzido das participações nos acordos pagos pelo ISS, IP, quando relacionadas com as elevadas despesas;-----

- Esta fragilidade económica tem maior significado nestas IPSS que prestam apenas a resposta de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário;-----

- Estes idosos eram diariamente transportados para a Instituição, onde passavam o dia, onde lhes era fornecida a alimentação, realizavam a higiene pessoal, eram acompanhados a consultas médicas, faziam a medicação para feitos de maior controlo, tendo como referência as pessoas que deles cuidava. Serviam-se do seu domicílio apenas para pernoitar;-----



[Handwritten signature]
44

- Realizavam atividades lúdicas e de convívio com os outros, o que lhes contribuía para a manutenção da sua saúde mental; -----
 - Muitos destes idosos são já pessoas com fraca mobilidade e dificuldades no autocuidado e orientação espacial, o que, sem família de suporte, ou outras referências de proximidade, tem vindo a contribuir para um aumento dos casos de isolamento e de solidão; -----
 - Alguns destes idosos passaram da resposta de Centro de Dia para a resposta de Apoio Domiciliário. No entanto, os valores de comparticipação para esta resposta não estão ainda atualizados face à nova realidade;-----
 - O Instituto de Segurança Social, na pessoa do senhor diretor regional, já veio informar que o montante da comparticipação financeira da segurança social será majorado no valor correspondente à diferença da comparticipação de SAD para a resposta de centro de dia, até ao limite máximo de serviços prestados a 100%, mas até à data este apoio ainda não se verificou e as IPSS continuam com um acréscimo de despesas e menor receita desde março;--
 - Com a pandemia e com as exigências obrigatórias houve um aumento das despesas, nomeadamente na aquisição de equipamento de proteção individual, de gasóleo, maior investimento em recursos humanos, etc; -----
 - É de enaltecer o trabalho que tem vindo a ser realizado junto desta população mais frágil. Sem a continuidade desta resposta, corremos o risco de não conseguir manter o apoio realizado, desprotegendo assim esta faixa da população;-----
 - No final de julho de 2020 continuam a beneficiar 105 utentes verificando assim uma quebra total na ordem dos 30%;-----
 - Estes 105 utentes estão com os serviços de centro dia domiciliados, tendo-se verificado um aumento de recursos humanos para as equipas de rua; -----
 - Concluímos que, 43 idosos desistiram do serviço, pois não foi possível, até à data, retomar a apoio nesta resposta de Centro de Dia. -----
- Considerando os fatores em cima mencionados e sendo conhecedora de todas as dificuldades que estas IPSS estão a atravessar (todas elas apenas com a resposta de Centro de Dia e SAD), proponho que as cinco IPSS abaixo indicadas venham a beneficiar de um apoio extraordinário de 5000€, num total de 25000€, no sentido de garantir a continuidade desta resposta no concelho bem como a continuidade da existência destas IPSS's: -----
- Associação Recreativa e Cultural da Venda Nova; -----
 - Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social do Paço da Comenda; -----
 - Centro Social e Paroquial de Além da Ribeira; -----



- Centro Social e Paroquial da Asseiceira; -----
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Paialvo.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

